

Markel
Seguradora do
Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

Exercícios findos em

31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da Markel Seguradora do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Markel Corporation é uma companhia holding de capital aberto e pulverizado, sediada nos Estados Unidos, com investimentos diversificados e atuação em diversos mercados em todo mundo. Sua principal atividade consiste em oferecer produtos de seguro para riscos especializados, tendo mais de 80 anos de experiência no setor. A Markel tornou-se companhia aberta com valores mobiliários registrados na U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”) em 1986, e suas ações encontram-se listadas na Bolsa de Nova York desde 1987. Profissionais altamente qualificados e experientes com reconhecimento internacional são atributos do Grupo Markel que conta com projeção global e atua nos mercados de Seguros e Resseguros.

No Brasil, o Grupo Markel pretende direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A autorização para operar no mercado brasileiro de seguros como Seguradora foi concedida no dia 12 de janeiro de 2017, com um capital inicial de R\$ 48 milhões e sede local no Rio de Janeiro.

A Companhia, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora auferiu R\$ 2,9 milhões de prêmios ganhos, com atuação na linha de negócio rural, em sua totalidade. O índice de sinistralidade ficou em 50,15% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos) e as despesas de comercialização atingiram 8,17%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora apresentou um prejuízo de R\$ 16.5 milhões.

A política de investimentos da Markel Seguradora do Brasil S.A. tem como premissas básicas a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, sendo as aplicações para a cobertura de provisões técnicas feitas prioritariamente em títulos do Tesouro Nacional.

A administração da Markel Seguradora do Brasil S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Oportunamente, a Markel Seguradora do Brasil S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do Setor. Às Sociedades Seguradoras e Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018
A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Markel Seguradora do Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Markel Seguradora do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro 2016 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		<u>35.807</u>	<u>48.532</u>	Circulante		<u>23.794</u>	<u>318</u>
Disponível		<u>2</u>	<u>-</u>	Contas a pagar		<u>2.627</u>	<u>318</u>
Caixa e bancos		2	-	Obrigações a pagar	11.1	2.103	67
Aplicações	5	<u>17.577</u>	<u>48.532</u>	Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	155	-
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>8.171</u>	<u>-</u>	Encargos trabalhistas	11.3	341	-
Prêmios a Receber	6.1	8.101	-	Impostos e contribuições	11.4	28	251
Operações com resseguradoras	6.2	10	-	Débitos de operações de seguros e resseguros	12	<u>10.389</u>	<u>-</u>
Outros créditos operacionais	6.3	60	-	Operações com Resseguradoras		9.625	-
Ativos de resseguro e retrocessão	19	<u>8.677</u>	<u>-</u>	Corretores de seguros e resseguros		761	-
Títulos e créditos a receber		<u>617</u>	<u>-</u>	Outros débitos operacionais		3	-
Créditos a receber		8	-	Provisões técnicas - seguradoras	13	<u>10.778</u>	<u>-</u>
Créditos tributários e previdenciários	7.1	375	-	Danos		10.778	-
Outros créditos		234	-	Passivo não circulante		<u>21</u>	<u>-</u>
Custos de aquisição diferidos	8	<u>763</u>	<u>-</u>	Contas a pagar	11.4	<u>21</u>	<u>-</u>
Seguros		763	-	Tributos diferidos		21	-
Ativo não circulante		<u>19.699</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido		<u>31.691</u>	<u>48.214</u>
Realizável a longo prazo	5	<u>18.481</u>	<u>-</u>	Capital social		48.000	48.000
Aplicações		<u>18.481</u>	<u>-</u>	Reservas de Lucros			214
Imobilizado	9	<u>813</u>	<u>-</u>	Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários		25	-
Bens móveis		403	-	Prejuízos acumulados		(16.334)	-
Outras imobilizações		410	-	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>55.506</u>	<u>48.532</u>
Intangível	10	<u>405</u>	<u>-</u>				
Total do ativo		<u>55.506</u>	<u>48.532</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios emitidos líquidos		12.230	-
Variações das provisões técnicas de prêmios	13c	(9.317)	-
Prêmios ganhos		2.913	-
Sinistros ocorridos	16.1	(1.461)	-
Custos de aquisição		(238)	-
Outras receitas e despesas operacionais		(3)	-
Resultado com resseguro	16.3	(939)	-
Receita com resseguro		1.351	
Despesa com resseguro		(2.290)	
Despesas administrativas	16.4	(20.598)	-
Despesas com tributos	16.5	(344)	(25)
Resultado financeiro	16.6	4.152	532
Receitas financeiras		4.165	532
Despesas financeiras		(13)	-
Resultado operacional		(16.518)	507
Resultado antes dos impostos e participações		(16.518)	507
Imposto de renda		2	(125)
Contribuição social		-	(101)
Participações sobre o lucro	17	(32)	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		(16.548)	281
Quantidade de ações		48.000.000	48.000.000
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$)		(0,3448)	0,0059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	(16.548)	281
Ajuste com títulos e valores mobiliários	46	-
Efeito tributário	<u>(21)</u>	<u>-</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>25</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(16.523)</u></u>	<u><u>281</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		-	-	-	-	-
Constituição de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2016	14.1	48.000	-	-	-	48.000
Lucro do exercício		-	-	-	281	281
Dividendos Obrigatórios		-	-	-	(67)	(67)
Constituição de Reserva legal		-	14	-	(14)	-
Constituição de Reserva Estatutária		-	200	-	(200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>48.000</u>	<u>214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.214</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		48.000	214	-	-	48.214
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	25	-	25
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.548)	(16.548)
Compensação com prejuízos do exercício		-	(214)	-	214	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>48.000</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>(16.334)</u>	<u>31.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Markel Seguradora do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(16.548)	281
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	63	-
Varição das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	12.499	(48.532)
Créditos das operações	(8.171)	-
Ativos de resseguro	(8.677)	-
Créditos tributários e previdenciários	(375)	-
Outros ativos	(1.005)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	2.465	-
Impostos e contribuições	(223)	251
Débitos das operações	10.389	-
Provisões técnicas - seguros	10.778	-
Outros passivos	21	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	<u>1.216</u>	<u>(48.000)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>1.216</u>	<u>(48.000)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(876)	-
Aquisição de intangível	(405)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(1.281)</u>	<u>-</u>
Atividades de financiamento		
Constituição de capital	-	48.000
Pagamento de dividendos	67	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>67</u>	<u>48.000</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>2</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Markel Seguradora do Brasil S.A. (“Markel Seguradora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, Conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido pela Markel Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias, e faz parte do Grupo controlado pela Markel Corporation, companhia de capital aberto.

A Markel Seguradora tem como objeto social as atividades de seguros em todos os ramos, todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à Markel Seguradora do Brasil autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela administração, 26 de fevereiro de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para entidades supervisionadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e atualizações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e atualizações posteriores dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil:

- **Notas 3.12 e 3.13** - Classificação e mensuração dos contratos de seguros;
- **Notas 3.2 e 5** - Instrumentos Financeiros;
- **Nota 8** - Créditos tributários e previdenciários;
- **Nota 3.6 e 11b** - Ativo intangível;
- **Notas 3.7, 3.8 e 14** - Provisões técnicas.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam riscos insignificantes de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e bancos”.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros não derivativos nas categorias a valor justo por meio de resultado, ativos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento.

3.2.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Representam os títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de amortização, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período para os quais a Seguradora tem a intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de amortização, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, “Mantidos até o vencimento” ou como “Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”. Nessa categoria, os ativos financeiros são mensurados ao seu valor justo, sendo seus rendimentos reconhecidos no resultado do exercício enquanto que o efeito das valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente é reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos.

3.2.4 Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros

Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação, e, após o reconhecimento inicial, medidos pelo custo amortizado, e, quando aplicável, os empréstimos e recebíveis são ajustados ao valor recuperável. Os principais recebíveis são prêmios a receber. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores.

3.2.5 Ativos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

3.2.6 Determinação de valor justo de ativos financeiros.

O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

3.3.1 Ativos financeiros

A Companhia avalia regularmente se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são incorridas somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, e se o valor de perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Garantia de concessão a um devedor com dificuldades econômicas que um credor não consideraria;
- Possibilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro em virtude das dificuldades financeiras.

A Companhia avaliou os ativos financeiros na data-base destas demonstrações financeiras e não foi identificada evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

3.3.2 *Ativos não financeiros*

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 **Ativos e passivos de resseguros**

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas de contratos proporcionais ou facultativos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos dos contratos não-proporcionais protegem uma carteira de riscos, não sendo possível atrelar o prêmio deste contrato a uma apólice ou conjunto de apólices, desta forma o diferimento do prêmio de resseguro é realizado pelo período estimado entre o risco a decorrer do contrato; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 **Ativo imobilizado**

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.6 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº517/15 e alterações, da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuárias (NTA), descritos a seguir.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo.

A PPNG é calculada pelo método “pro rata die” com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguros aceitos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguro e cosseguro aceitos e líquidos das recuperações de cosseguros cedidos, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. O cálculo segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas a sinistros. A PDR é calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.

3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2017, brutos de retrocessão, com premissas atuariais atualizadas.

As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Para os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram adotados os mesmos valores constantes da Nota Técnica Atuarial de início de operação. Isso devido à pequena experiência acumulada que não permite, ainda, o cálculo dos parâmetros de forma consistente e de índices históricos de despesas baseados nos custos temporariamente mais elevados, próprios de um período de início de operação.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2017. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR e PET, também não há insuficiências a cobrir.

3.9 Passivos financeiros

Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósitos de terceiros.

3.10 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como: salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme Convenção Coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com tempo de serviço efetivo na Companhia; (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL).

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

Observa-se ainda as isenções fiscais relativas às operações da companhia em seguros rurais, com base no Art 19 Decreto Lei 73 de 21 de novembro de 1966 que dispõe o Seguinte:

“Art 19. As operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais.”

3.12 Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro.

Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo para resseguradores buscando a dispersão do risco da seguradora.

3.13 Mensuração dos contratos de seguros

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise dos resseguradores.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.15 Distribuição de dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.16 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

A Administração da Companhia não espera que novas normas, interpretações e alterações, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 tenham efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a mensuração de ativos financeiros que entrará em vigor a partir de 01/01/2018 e o IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* que trará o reconhecimento de Receita que entrará em vigor a partir de 01/01/2018.

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) **Classificação - Ativos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

b. CPC 47/IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços praticados pela prestação de serviço são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

c. IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de seguro.

Como uma Empresa do Grupo Markel, a Companhia faz parte do Segmento Markel Internacional ("MINT") e conseqüentemente conta com o suporte da estrutura de gestão de riscos do Segmento além de manter sua própria estrutura. Em 2017 a Markel aprimorou a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

- Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da Markel são os seguintes:

- **Aprimoramento** - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
- **Alcance** - a estrutura de controles internos deve ser:
 - **Abrangente** - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio;
 - **Comunicada** - para que todos tenham conhecimento do programa;
 - **Simples** - para que todos possam compreendê-la;
 - **Relevante** - a fim de que todos se envolvam com o processo;
 - **Utilizada** - ela realmente deve fazer parte de nossas operações do dia-a-dia.

- **Evidente** - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
- **Emergente** - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes
- **Eficaz** - a estrutura tem que funcionar.

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia.

Os diretores técnicos e operacionais e suas equipes, juntamente com o Gestor de Riscos da Companhia e da Gestão de Riscos do Grupo Markel tem suas funções definidas na estrutura e atuam conjuntamente para uma gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1 Risco de subscrição

Definimos o Risco de Subscrição como:

"O risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de seguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios."

A Companhia oferece cobertura de seguro para o mercado brasileiro de seguros na carteira de riscos rurais sob as condições contratuais dos produtos registrados na SUSEP cujas respectivas autorizações de comercialização encontram-se em vigor. Nossos canais de distribuição incluem a intermediação por corretores de seguro.

4.1.1 Subscrição de risco

A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, distribuição geográfica dos riscos expostos, exposição aos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros do segurado e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade do segurado e a do mercado. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais.

Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos agrícolas através de coberturas de resseguro.

4.1.2 Revisão do risco de subscrição

A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho.

A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2 Risco operacional

Definimos o risco operacional como:

"O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos". Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios."

A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios.

A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia se submete a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguros

A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica.

A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de 10 pontos percentuais na sinistralidade, apurado na data do balanço:

Ramo de atuação	Cenário*	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2017	
		Bruto de resseguros	Líquido de resseguros
Rural	Aumento de 10%	117	9
Rural	Redução de 10%	(117)	(9)

4.2.2 *Concentração de riscos*

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas por região onde a Companhia opera:

- Ramo: Rural

Importância segurada por região

Região	Importância Segurada
Centro-oeste	138.556
Nordeste	47.454
Norte	24.065
Sul	17.874
Sudeste	14.791
Total	242.740

Prêmios de seguros por região

Região	Prêmios Emitidos	Prêmios Resseguros Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	5.129	4.744	385
Nordeste	2.822	2.610	212
Norte	1.274	1.178	96
Sul	928	859	69
Sudeste	812	751	61
Total prêmios emitido RVE	10.965	10.142	823
Total prêmio emitido RVNE	1.265	1.169	96
Total prêmio emitido	12.230	11.311	919

4.2.3 **Tabela de evolução de sinistros**

Tratando-se do primeiro ano da Companhia, todos os avisos de sinistros reportados no exercício de 2017 referem-se ao ano de subscrição do exercício de 2017.

4.3 **Risco de liquidez**

Definimos o risco de liquidez como:

"O risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos".

O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais.

Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de Dezembro de 2017

	31/12/2017				31/12/2016			
	Vencidos	0 - 6 meses ou sem vencimento definido	6 meses - 1 ano	2 - 5 anos	Total	0 - 6 meses ou sem vencimento definido	2 - 5 anos	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	-	-	236	17.341	17.577	-	48.532	48.532
Créditos das operações com seguros e resseguros	89	1.264	6.818	-	8.171	-	-	-
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	2	-	-	2	-	-	-
Ativos de contratos de resseguro	-	-	8.677	-	8.677	-	-	-
Total de ativos financeiros	89	1.266	15.731	17.341	34.427	-	48.532	48.532
Contas a pagar	-	2.627	-	-	2.627	318	-	318
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	-	10.389	-	10.389	-	-	-
Total de passivos financeiros	-	2.627	10.389	-	13.016	318	-	318

4.4 Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

O principal fator de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Companhia, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do exercício e do patrimônio líquido.

		<u>31/12/2017</u>		
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Redução de 1% na taxa de juros	18.481	(4)	18.477
Ativos Pré-Fixados Privados				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	<u>17.577</u>	<u>(13)</u>	<u>17.564</u>
Total		<u>36.058</u>	<u>(17)</u>	<u>36.041</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário			(10)	
		<u>31/12/2016</u>		
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Privados				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	48.532	(35)	48.497
Total		<u>48.532</u>	<u>(35)</u>	<u>48.497</u>
Impacto líquido de Efeito Tributário			(21)	

4.5 Risco de crédito

Definimos o risco de crédito como:

"O risco de perda resultante da incapacidade de uma contraparte em cumprir com suas obrigações de pagamento".

Para o Grupo Markel, as contrapartes-chave dentro do risco de crédito são segurados, seguradoras, resseguradoras, corretoras de seguro e corretoras de resseguro.

O Risco de crédito é o risco de perda de valor dos ativos de resseguro e ativos financeiros como resultado de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte das suas obrigações com a Companhia.

O Grupo Markel tem políticas para garantir que limites ou certas exposições a risco de crédito não sejam excedidas através de monitoramento e controle utilizando indicadores-chave de risco e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em conta a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e da dinâmica de fatores de mercado.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito, de acordo com as agências classificadoras de risco: *Moody's e A.M. Best* -. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem *rating* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	31/12/2017					31/12/2016	
	Moody's Ba2	Moody's Ba3	A.M. Best A+	Sem rating	Saldo contábil	Moody's Ba2	Saldo contábil
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	2	-	-	2	-	-
Disponíveis para venda							
Ativos Pre-Fixados Privados	-	17.577	-	-	17.577	48.432	48.432
Ativos Pre-Fixados Públicos	7.866				7.866	-	-
Mantidos até o vencimento							
Ativos Pré-Fixados Públicos	10.615	-	-	-	10.615	-	-
Prêmios a receber de segurados				8.101	8.101	-	-
Valores a receber de resseguradoras	-	-	10	-	10	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	18.481	17.579	10	8.101	44.171	48.432	48.432

5 Aplicações financeiras

a. Composição por categoria

31/12/2017						
Nível Hierárquico	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	
<i>Títulos disponíveis para venda</i>						
Certificados de depósitos bancários	2	17.573	4	17.577	17.577	49%
Notas do tesouro nacional	1	7.825	41	7.866	7.866	22%
Total títulos disponíveis para venda		25.398	45	25.443	25.443	71%
<i>Títulos mantido até o vencimento</i>						
Notas do tesouro nacional	1	10.615	2	10.617	10.615	29%
Total títulos mantidos até o vencimento		10.615	2	10.617	10.615	29%
Total das aplicações financeiras		36.013	47		36.058	100%
Total classificado no ativo circulante					17.577	
Total classificado no ativo não circulante					18.481	

31/12/2016						
Nível Hierárquico	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor contábil	%	
<i>Títulos disponíveis para venda</i>						
Certificados de depósitos bancários	2	48.532	-	48.532	48.532	100%
Total títulos disponíveis para venda		48.532	-	48.532	48.532	100%
Total das aplicações financeiras		48.532	-		48.532	100%
Total classificado no ativo circulante					48.532	
Total classificado no ativo não circulante					-	

Hierarquia do valor justo

Compreende:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- **Nível 2** - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e
- **Nível 3** - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

b. Composição por vencimento

	31/12/2017				31/12/2016	
	3-6 meses	1-3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil	1-3 anos	Valor contábil
<i>Titulos disponíveis para venda</i>						
Certificados de depósitos bancários	236	17.341	-	17.577	48.532	48.532
Notas do tesouro nacional	-	-	17.577	7.866	-	-
Total títulos disponíveis para venda	236	17.341	17.577	25.443	48.532	48.532
<i>Titulos mantido até o vencimento</i>						
Notas do tesouro nacional	-	-	10.615	10.615	-	-
Total títulos mantidos até o vencimento	-	-	10.615	10.615	-	-
Total das aplicações financeiras	236	17.341	28.192	36.058	48.532	48.532
Total classificado no ativo circulante				17.577		48.532
Total classificado no ativo não circulante				18.481		-

c. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos Públicos	Títulos Privados	Total
Saldo início do ano	-	-	-
Aplicações	-	48.000	48.000
Resgates	-	-	-
Imposto de renda retido	-	-	-
Rendimentos	-	532	532
Ajuste a valor de mercado	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	-	48.532	48.532
Aplicações	18.009	3.915	21.924
Resgates	-	-	38.297
Imposto de renda retido	-	-	311
Rendimentos	431	3.734	4.165
Ajuste a valor de mercado	41	4	45
Saldo em 31/12/2017	18.481	17.577	36.058

d. Taxa de juros contratada

		<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Classe	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil
Certificados de depósitos bancários (%CDI)	Título privado de renda fixa	97,06%	17.577	98,75%	48.532
Notas do tesouro nacional (série F)	Título público	9,76%	<u>18.481</u>	-	<u>-</u>
Total			<u>36.058</u>		<u>48.532</u>

6 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

6.1 Prêmios a Receber

a. Prêmios a receber de segurados por vencimento

	<u>31/12/2017</u>
Sem vencimento	1.264
A vencer até 30 dias	970
A vencer de 31 a 60 dias	491
A vencer de 61 a 120 dias	4.914
A vencer de 121 a 180 dias	<u>373</u>
	<u>8.012</u>
Vencidos até 30 dias	<u>89</u>
	<u>89</u>
Total Prêmios a Receber	<u><u>8.101</u></u>

b. Movimentação de prêmios a receber seguros

Saldo em 31/12/2016	-
Emissões de prêmios de riscos vigentes	12.594
Cancelamentos	(1.616)
Emissões de prêmios de riscos vigentes e não emitidos (RVNE)	1.264
Prêmios recebidos	(4.141)
	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Saldo em 31/12/2017	<u><u>8.101</u></u>

6.2 Composição de operações com resseguradoras

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, substancialmente, a recuperação por restituição de prêmios cedidos em resseguros, no valor de R\$ 10.

6.3 Composição de outros créditos

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, substancialmente, ao adiantamento de comissão aos corretores, no valor de R\$ 60.

7 Títulos e créditos a receber

7.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	31/12/2017
Imposto de renda a compensar	311
Antecipações IRPJ / CSLL	<u>64</u>
	<u><u>375</u></u>

7.2 Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se, substancialmente, a adiantamento a fornecedores.

8 Custos de aquisição diferidos

8.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	31/12/2017
Rural	<u>763</u>
Total	<u><u>763</u></u>
Circulante	763

8.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Comissões sobre prêmios	Comissões sobre prêmios de RVNE	Total
Saldo em 31/12/2016	-	-	-
Constituições	1.867	213	2.080
Reversões	<u>(1.211)</u>	<u>(106)</u>	<u>(1.317)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u><u>656</u></u>	<u><u>107</u></u>	<u><u>763</u></u>

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017
Móveis e utensílios	10%	297
Informática	20%	130
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33,33%	<u>449</u>
		<u>876</u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(63)</u>
Total		<u><u>813</u></u>

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	-	297	(7)	290
Informática	-	130	(17)	113
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>-</u>	<u>449</u>	<u>(39)</u>	<u>410</u>
Exercício findo em 31/12/2017	-	876	(63)	813
Exercício findo em 31/12/2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

10 Intangível

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Intangível	<u>-</u>	<u>405</u>	<u>-</u>	<u>405</u>
Exercício findo em 31/12/2017	-	405	-	405
Exercício findo em 31/12/2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11 Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto por:

11.1 Obrigações a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	1.260	-
Dividendos	-	67
Provisão para participações nos lucros / bônus	<u>843</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u><u>2.103</u></u>	<u><u>67</u></u>

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2017
Imposto de renda retido de funcionários	83
Impostos retidos de terceiros	32
Contribuições para o FGTS	28
Outros impostos e encargos a recolher	<u>12</u>
Subtotal	<u><u>155</u></u>

11.3 Encargos trabalhistas

	31/12/2017
Férias a pagar	252
Encargos sociais a recolher	<u>89</u>
Subtotal	<u><u>341</u></u>

11.4 Impostos e contribuições

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	12	125
Contribuição Social	9	101
PIS e COFINS	<u>28</u>	<u>25</u>
Subtotal	<u><u>49</u></u>	<u><u>251</u></u>
Total	<u><u>2.648</u></u>	<u><u>318</u></u>
Circulante	2.627	318
Não Circulante	21	-

12 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguros e comissões de corretagem a pagar. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros, intermediados por corretoras de seguros.

	<u>31/12/2017</u>
Operações com resseguradoras	<u>9.625</u>
Prêmios de resseguro - cedido	8.631
Prêmios de resseguro - RVNE	994
Corretores de seguros e resseguros	<u>761</u>
Comissões de riscos emitidos	583
Comissões a pagar	70
Comissões de riscos vigentes e não emitidos	108
Outros débitos operacionais	<u>3</u>
Total	<u><u>10.389</u></u>
Circulante	10.389

13 Provisões técnicas

a. Composição

	31/12/2017		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (1)	9.317	7.327	1.990
Provisão de sinistros a liquidar	28	25	3
Provisão de despesas relacionadas	4	4	0
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.429	1.321	108
Total	10.778	8.677	2.101
Total classificado no passivo circulante	10.778	8.677	2.101

(1) A provisão de prêmios não ganhos de resseguro está líquida dos custos de aquisição diferidos.

b. Abertura por ramo

Em 31 de dezembro de 2017, referem-se a operações no ramo rural.

c. Movimentação

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de despesas relaciona das	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
(+) Prêmio emitido	12.230	-	-	-	12.230
(-) Prêmio ganho	(2.913)	-	-	-	(2.913)
(+) Aviso de sinistro	-	28	-	-	28
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	-	1.429	1.429
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.317	28	4	1.429	10.778

d. Garantia de provisões técnicas

Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31/12/2017
Provisões técnicas	10.778
Ativos de resseguros redutores de:	
(-) Provisão de sinistros a liquidar	(25)
(-) Provisão de despesas relacionadas	(4)
(-) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	<u>(1.321)</u>
Total ser coberto	<u>9.428</u>
Aplicações financeiras	36.058
Ativos livres	<u>(17.577)</u>
Bens vinculados em cobertura	<u>18.481</u>
Excedente ao limite de cobertura	<u>0</u>
Bens oferecidos em cobertura	<u><u>18.481</u></u>
Suficiência	<u><u>9.053</u></u>

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 48.000 (R\$ 48.000 em 31 de dezembro de 2016), está dividido em 48.000 (48.000 em 31 de dezembro de 2016) de ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia constituiu a reserva de lucros com os lucros acumulados daquele exercício. Em 31 de dezembro de 2017 o referido montante foi absorvido pelo prejuízo do exercício, tendo sido registrado nessa rubrica o montante de R\$ 16.548 (R\$ 214 em 31 de dezembro de 2016).

15 Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2017
Patrimônio líquido	<u>31.691</u>
Ajustes contábeis	
(-) Ativos intangíveis	(405)
Patrimônio Líquido ajustado sub-total	<u>31.286</u>
I - Capital Base	<u>15.000</u>
Capital Adicional Risco de Subscrição	311
Capital Adicional Risco de Crédito - Parte 1	167
Capital Adicional Risco de Crédito - Parte 2	1.103
Capital Adicional Risco de Crédito	1.233
Capital Adicional Risco Operacional	42
Capital Adicional Risco de Mercado	1.290
Benefício de Diversificação	(675)
II - CR - Capital de Risco Total	<u>2.201</u>
III - Capital Mínimo Requerido - Max(Base, Adicional)	<u>15.000</u>
Suficiência de Capital (PLA-CMR)	<u>16.286</u>
IV - Ativos Líquidos	<u>9.053</u>
CR - Capital de Risco Total deduzido	<u>2.201</u>
V - Índice de liquidez em relação ao CR (IV/ II) ¹	411,31%
VI -Suficiência do PLA em relação ao CMR (PLA/III) ²	208,57%

(*) V - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR, deduzido deste o valor do superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas

- (**) VI - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR

16 Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

16.1 Sinistros ocorridos

31/12/2017

Indenizações avisadas	(27)
Despesas com sinistros	(5)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	<u>(1.429)</u>
	<u><u>(1.461)</u></u>

16.2 Custos de aquisição

31/12/2017

Despesas de corretagem	(1.001)
Variação das despesas de corretagem diferidas	<u>763</u>
	<u><u>(238)</u></u>

16.3 Resultado com resseguros

31/12/2017

Recuperação com indenização de sinistro	25
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	1.321
Despesas com sinistros	5
Prêmio de resseguro cedido	(9.615)
Variação da provisão de resseguro não ganhos	<u>7.325</u>
	<u><u>(939)</u></u>

16.4 Despesas administrativas

31/12/2017

Pessoal próprio	(7.185)
Serviços de terceiros	(5.494)
Localização e funcionamento	(1.109)
Publicidade e propaganda	(605)
Publicações	(90)
Despesas de rateio de custo	(6.092)
Despesas administrativas diversas	<u>(23)</u>
 Total	 <u><u>(20.598)</u></u>

As despesas de rateio de custos se referem ao *cost share agreement* com partes relacionadas.

16.5 Despesas com tributos

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	(192)	(21)
PIS	(31)	(4)
Taxa de fiscalização	(116)	0
Outros	<u>(5)</u>	<u>0</u>
 Total	 <u><u>(344)</u></u>	 <u><u>(25)</u></u>

16.6 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos ao valor justo através do resultado	106	-
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	<u>4.059</u>	<u>532</u>
	<u><u>4.165</u></u>	<u><u>532</u></u>
Despesas financeiras		
Outras despesas	<u>(13)</u>	<u>-</u>
	<u><u>(13)</u></u>	<u><u>-</u></u>
Resultado financeiro	<u><u>4.152</u></u>	<u><u>532</u></u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes dos impostos e participações	(16.518)	507	(16.518)	507
(-) Participações sobre o lucro	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>
Lucro (Prejuízo) após as participações	<u>(16.550)</u>	<u>507</u>	<u>(16.550)</u>	<u>507</u>
Adições temporárias - provisões dedutíveis	1.341	-	1.341	-
Adições permanentes - despesas indedutíveis	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>(15.147)</u>	<u>507</u>	<u>(15.147)</u>	<u>507</u>

18 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 870.

19 Partes relacionadas

Resseguro

A Markel Seguradora do Brasil cede 100% do seu resseguro à Markel Resseguradora do Brasil S.A., contraparte do mesmo grupo econômico, registrado na SUSEP como Ressegurador Local.

O contrato de resseguro possui início de vigência em 24 horas de 31 de maio de 2017.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

Markel Resseguradora do Brasil S.A. e Markel Brasil Serviços Técnicos Ltda.

	<u>31/12/2017</u>	
	Markel Resseguradora	Markel Brasil Serviços Técnicos Ltda
Ativo		
Operações com resseguradoras	10	-
Ativos de resseguros e retrocessão	<u>8.677</u>	<u>-</u>
	<u>8.687</u>	<u>-</u>
Passivo		
Contas a pagar (<i>cost share agreement</i>)	(819)	(149)
Operações com resseguradoras	<u>(8.611)</u>	<u>-</u>
	<u>(9.430)</u>	<u>(149)</u>
	<u>31/12/2017</u>	
	Markel Resseguradora	Markel Brasil Serviços Técnicos Ltda
Resultado		
Prêmios de resseguros	(9.615)	-
Variação da provisão de prêmios não ganhos	<u>7.325</u>	<u>-</u>
	<u>(2.290)</u>	<u>-</u>
Prêmio Ganho		
Variação da provisão de sinistros a liquidar	26	-
Variação da provisão de despesas relacionadas	5	-
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	<u>1.321</u>	<u>-</u>
	<u>1.352</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas		
Outras despesas administrativas (recuperação de despesas <i>cost share agreement</i>)	(5.943)	(149)
	<u>(5.943)</u>	<u>(149)</u>
	<u>(6.881)</u>	<u>(149)</u>

20 Remuneração do pessoal chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários, e a sua remuneração paga no exercício é de R\$ 0,6.

* * *

Diretoria

Diretor Executivo - C.E.O.: Carlos Alberto Caputo
Diretor Presidente: Leonardo André Paixão
Diretor Vice Presidente: Gabriel Boyer Nogueira Lima
Diretor Técnico: Rodrigo Motroni de Almeida

Contador: João Carlos Barreto Pego
CRC - RJ-075280-O/2

Atuário: Gabriel Boyer Nogueira Lima
MIBA nº 1880